



*O Setor
da Construção
em Portugal*

2011

1º semestre

FEVEREIRO

2012



Ficha Técnica

Título:

Relatório Semestral do Setor da Construção em Portugal | 1º Sem. 2011

Autoria:

Catarina Gil

Coordenação Geral:

Pedro Ministro

Direção de Análise de Mercados

Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11

1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@inci.pt

Índice

1. Enquadramento Macroeconómico	5
1.1. Produto Interno Bruto.....	5
1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).....	6
1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB).....	8
1.4. O Índice de Preços no Consumidor	9
1.5. O Mercado de Trabalho	10
2. O mercado em Portugal - indicadores setoriais.....	12
2.1. Contextualização	12
2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas.....	12
2.3. Taxa de Juro Implícita.....	14
2.4. Valores médios de avaliação bancária.....	15
2.5. Índice de produção na construção e obras públicas	16
2.6. Vendas de cimento para o mercado interno.....	16
2.7. Índice de custos de construção	17
2.8. Segurança no trabalho.....	18
3. O tecido empresarial do setor da construção.....	19
3.1. Títulos válidos a 31 de junho.....	19
3.1.1. Distribuição por classe de alvarás.....	20
3.1.2. Distribuição geográfica.....	20
4. Síntese	22
5. Fontes Estatísticas	23

Quadros

Quadro 1 – Composição do crescimento em volume do Produto Interno Bruto – taxas de variação homóloga (%) ..	5
Quadro 2 – Composição do crescimento em valor (preços correntes) do Produto Interno Bruto.....	6
Quadro 3 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume.....	6
Quadro 4 – Crescimento em volume do VAB	8
Quadro 5 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m ²)	15
Quadro 6 – Vendas de cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)	16
Quadro 7 – Classes de alvarás.....	19
Quadro 8 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará	20

Gráficos

Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume (taxas de variação homóloga %)	7
Gráfico 2 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume (taxas de variação homóloga %)	7
Gráfico 3 – Valor Acrescentado Bruto – dados encadeados (taxas de variação homóloga %)	8
Gráfico 4 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %)	9
Gráfico 5 – Índice de Preços ao Consumidor (Taxa de variação homóloga %)	9
Gráfico 6 – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (Taxa de variação homóloga %)	10
Gráfico 7 – População empregada - Variação Homóloga (%).....	10
Gráfico 8 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)	11
Gráfico 9 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre.....	13
Gráfico 10 – Número de fogos licenciados e concluídos por Região (1ºT e 2ºT de 2011).....	13
Gráfico 11 – Taxa de juro implícita	14
Gráfico 12 – Crédito à habitação por destino de financiamento.....	14
Gráfico 13 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m ²).....	15
Gráfico 14 – Índices brutos de produção	16
Gráfico 15 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %).....	17
Gráfico 16 – Número de acidentes de trabalho mortais	18
Gráfico 17 – Títulos habilitantes válidos a 30 de Junho de 2011	19
Gráfico 18 – Distribuição de Alvarás por Região NUT II (junho de 2011).....	21
Gráfico 19 – Distribuição de Títulos de Registo por Região NUT II (junho de 2011)	21

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O 1º semestre de 2011 fica marcado pelo início do processo de ajustamento da economia portuguesa. Este processo tem sido caracterizado pela implementação de fortes medidas restritivas da Política Orçamental e reafetação dos recursos na economia.

É um processo desencadeado na sequência do pedido de assistência financeira à União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em abril, tendo assim, evitado uma situação iminente de incumprimento do Estado Português perante os seus credores.

Neste cenário, a economia portuguesa tem apresentado uma contração significativa da procura interna, bem como um abrandamento das exportações, o que influenciou o seu crescimento. Consequentemente, quer o investimento público, quer o privado, têm sido influenciados por este fator, dada a elevada incerteza quanto à correção dos desequilíbrios macroeconómicos.

Outro facto a assinalar neste 1º semestre do ano, e como consequência do elevado nível de endividamento acumulado num contexto de condições de financiamento muito favoráveis para o sector privado nas últimas décadas, é o de que os bancos começaram a ajustar gradualmente a estrutura do seu balanço a partir dos finais de 2010, em consequência do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o qual prevê um conjunto de medidas para fortalecer o sistema financeiro incluindo o reforço do capital dos bancos e uma estrutura de financiamento de mercado mais estável no médio prazo.

1.1. Produto Interno Bruto

A crise económica portuguesa tem tido consequências ao nível da desaceleração do Produto Interno Bruto. Após um período de 4 anos de crescimentos anuais, o ano de 2008 ficou marcado por um “crescimento nulo”, 2009 por uma diminuição de 2,5%, e 2010, registando uma ligeira recuperação na atividade económica, por um aumento de 1,4%. No entanto ao observar as variações nos dois primeiros trimestres de 2011, começa-se a verificar novamente uma desaceleração da atividade.

Quadro 1 – Composição do crescimento em volume do Produto Interno Bruto – taxas de variação homóloga (%)

	1ºT/10	2ºT/10	3ºT/10	4ºT/10	1ºT/11	2ºT/11
Procura Interna	1,3	2	-0,8	0,2	-3,1	-5,2
Exportações	9,2	9,6	8,5	7,8	8,4	8,4
Importações	6,2	9,6	1,2	3,7	-0,9	-5,4
PIB	1,7	1,4	1,2	1,1	-0,5	-0,9

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2011

Analisando a evolução trimestral, constata-se que a atividade económica nos dois primeiros trimestres de 2011 apresenta uma queda de -0,5% no 1º trimestre e -0,9% no 2º trimestre, contrariando o ano anterior, em que a atividade económica registou variações positivas, ainda que com níveis de crescimento progressivamente menores.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, este comportamento refletiu sobretudo o contributo negativo da Procura Interna em resultado da diminuição de todas as suas componentes, com destaque para o Consumo e para o Investimento. Por outro lado, o contributo da procura externa líquida aumentou no 2º trimestre, refletindo uma variação homóloga negativa nas importações e mantendo variações positivas nas exportações de bens e serviços.

Quadro 2 – Composição do crescimento em valor (preços correntes) do Produto Interno Bruto

Unidade: milhões de euros

	1ºT/10	2ºT/10	3ºT/10	4ºT/10	1ºT/11	2ºT/11
Procura Interna	45.990,9	46.435,6	46.108,8	46.551,2	45.764,2	45.041,6
Exportações	12.456,0	13.136,5	13.940,7	13.929,1	14.395,9	15.154,8
Importações	15.455,4	16.675,1	16.536,2	17.161,3	16.842,4	17.170,5
PIB	42.991,5	42.897,0	43.513,3	43.319,0	43.317,7	43.025,9

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2011

1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo tem tido um comportamento negativo ao longo dos últimos trimestres, com principal destaque para este último com uma variação negativa de -12,5%.

Quadro 3 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume

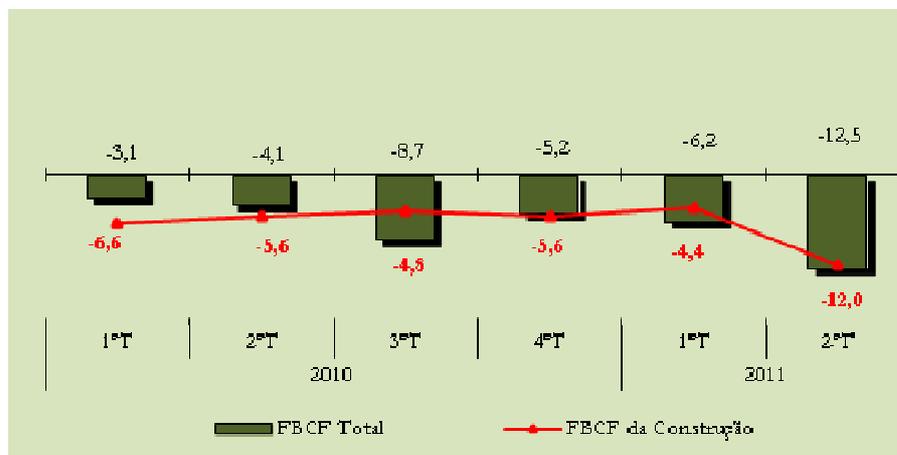
Unidade: milhões de euros

	1ºT/10	2ºT/10	3ºT/10	4ºT/10	1ºT/11	2ºT/11
FBCF Total	7.780,4	7.744,7	7.716,0	7.623,5	7299,5	6778,2
Taxas de Variação homóloga (%)	-3,1	-4,1	-8,7	-5,2	-6,2	-12,5
FBCF da Construção	4.504,9	4.475,8	4.507,0	4.247,7	4307	3939,2
Taxas de Variação homóloga (%)	-6,6	-5,6	-4,8	-5,6	-4,4	-12,0

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2011

A FBCF da Construção, por seu lado, acompanhou a tendência da FBCF Total, se bem que com uma oscilação menos pronunciada. Importa referir que no 3º trimestre de 2010, a FBCF Total foi a mais acentuada durante esse ano e, pelo contrário, a menos acentuada no setor da construção. No entanto, já no 2º trimestre de 2011, a variação foi semelhante tanto para a FBCF Total como para o setor (-12,5% e -12,0%, respetivamente).

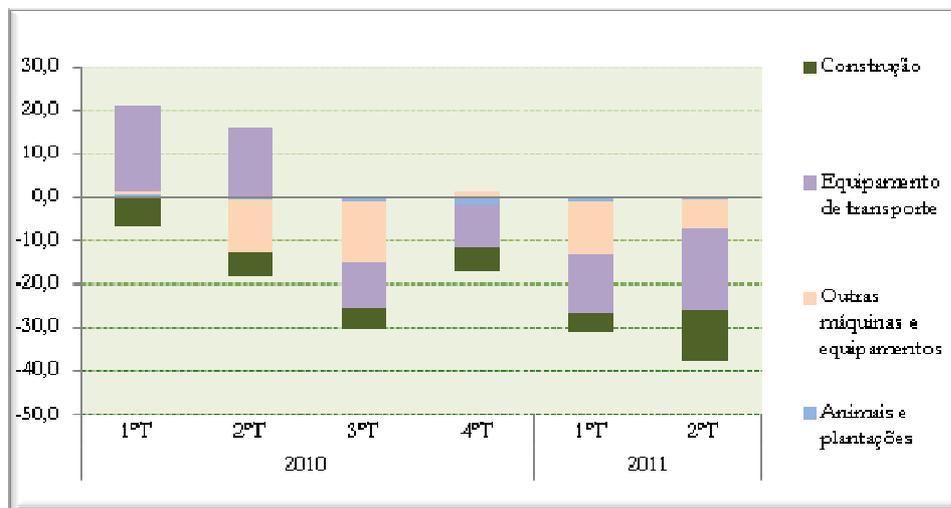
Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2011

Neste domínio, é ainda de referir que a FBCF no setor da construção foi a componente que mais contribuiu para a desaceleração do Investimento no 2º trimestre de 2011, passando de -4,4% para -12,0%. A FBCF em Equipamento de Transporte diminuiu 18,7% e a FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos diminuiu 6,2%.

Gráfico 2 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2011

1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

À semelhança dos anteriores indicadores macroeconómicos, também o Valor Acrescentado Bruto apresentou um fraco desempenho nos dois primeiros trimestres de 2011. Registou variações homólogas negativas de -0,6% para o 1º e -1,6% para o 2º trimestre.

Quadro 4 – Crescimento em volume do VAB

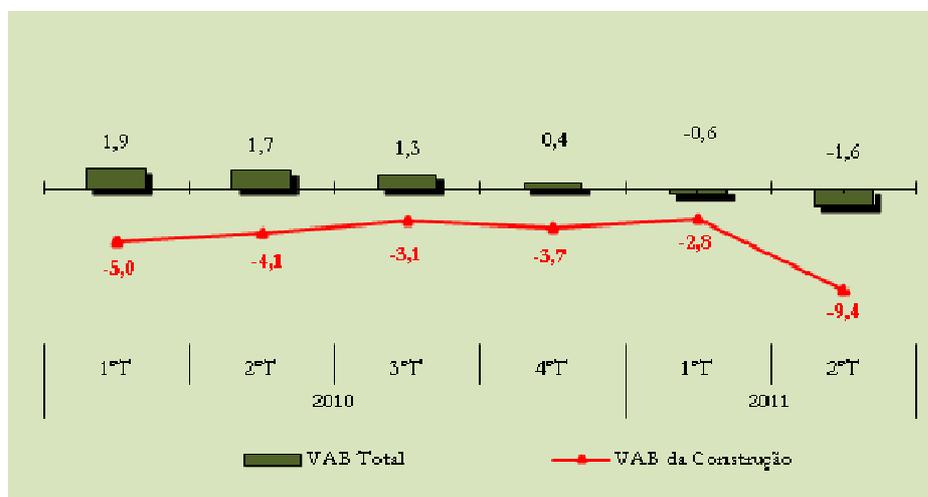
Unidade: milhões de euros

	1ºT/10	2ºT/10	3ºT/10	4ºT/10	1ºT/11	2ºT/11
VAB Total	40.493,0	40.612,9	40.713,4	40.356,8	40.246,3	39.945,9
Taxas de Variação homóloga (%)	1,9	1,7	1,3	0,4	-0,6	-1,6
VAB da Construção	2.135,1	2.153,9	2.133,1	2.015,4	2.075,8	1.951,7
Taxas de Variação homóloga (%)	-5,0	-4,1	-3,1	-3,7	-2,8	-9,4

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2011

O VAB da construção apresentou, por seu lado, uma acentuada diminuição no 2º trimestre de 2011, passando de uma variação de -2,8% no 1º trimestre para -9,4%.

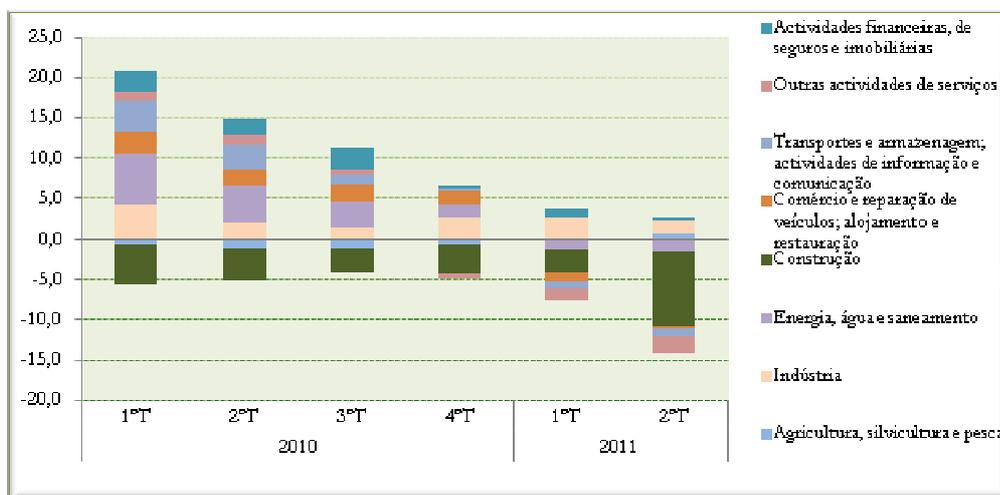
Gráfico 3 – Valor Acrescentado Bruto – dados encadeados (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2011

Refira-se ainda que o VAB no setor da construção foi o que mais contribuiu para a desaceleração do VAB Total, acompanhado da componente da Energia, Água e Saneamento; Transportes e Armazenagens e Outras Atividades e Serviços.

Gráfico 4 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %)

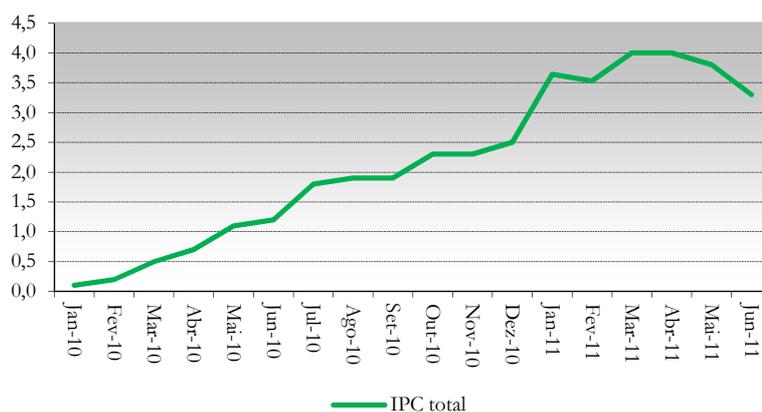


Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2011

1.4. O Índice de Preços no Consumidor

Em junho de 2011, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) situou-se em 3,4%, valor inferior ao registado no mês anterior, em que o IPC registou uma variação de 3,8%.

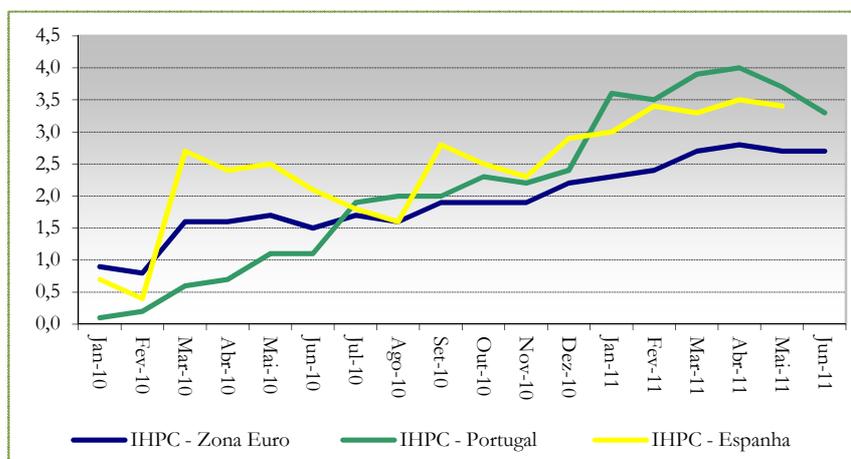
Gráfico 5 – Índice de Preços ao Consumidor (Taxa de variação homóloga %)



Fonte: INE Índice de Preços no Consumidor – junho de 2011

O Índice Harmonizado de Preços (IHPC) português apresentou entre maio e junho de 2011, uma taxa de variação de -0,2%, valor inferior ao observado no período homólogo de 2010.

Gráfico 6 – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (Taxa de variação homóloga %)



Fonte: INE Índice de Preços no Consumidor – junho de 2011

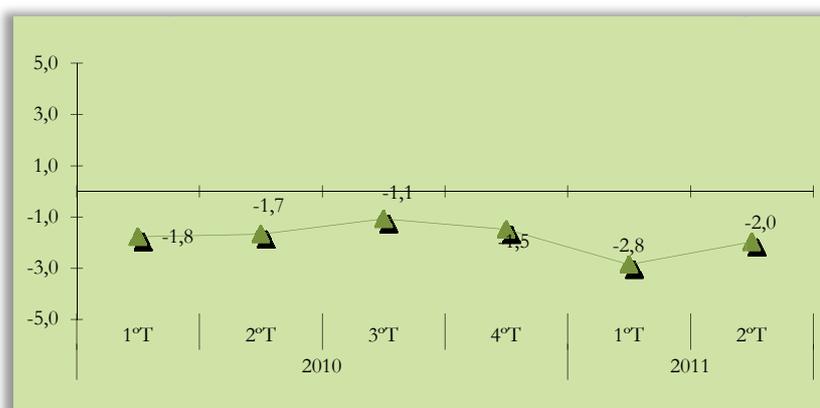
1.5. O Mercado de Trabalho

O Emprego

De acordo com as estatísticas de emprego do INE, relativas ao 2º trimestre de 2011, a população ativa situava-se nos 5.568,0 mil indivíduos, traduzindo um aumento de 0,2% em relação ao 1º trimestre (cerca de 13,2 mil indivíduos).

Em relação à população empregada, num total de 4.893 mil indivíduos no 2º trimestre de 2011 registou também um acréscimo trimestral de 0,6%. No entanto em relação ao período homólogo de 2010 registou uma diminuição de 0,2%.

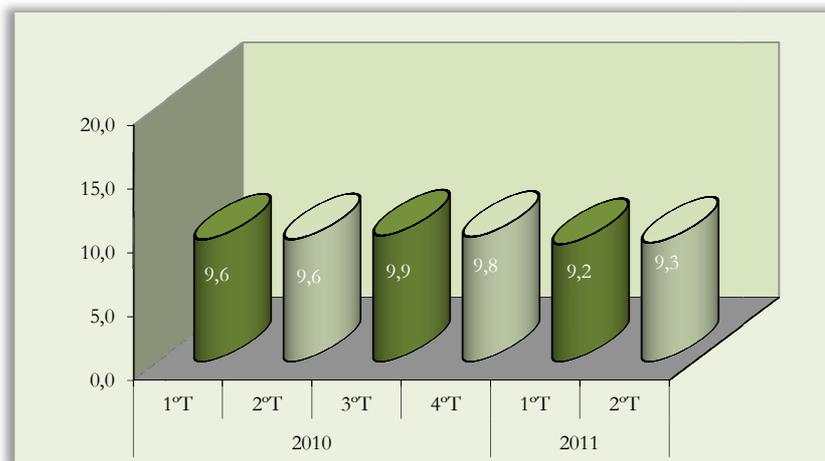
Gráfico 7 – População empregada - Variação Homóloga (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2011

Acompanhando a tendência da economia, o setor da construção registou, no 1º trimestre de 2011, uma variação homóloga de - 6,6% em relação ao mesmo período de 2010. No entanto no 2º trimestre o peso da população empregada no setor registou um ligeiro aumento passando de 9,2% para 9,3%, correspondendo a 455,3 mil indivíduos.

Gráfico 8 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2011

2. O MERCADO EM PORTUGAL - INDICADORES SETORIAIS

2.1. Contextualização

Em 2011, relativamente aos primeiros dois trimestres, a produção do setor da construção voltou a registar uma quebra em termos reais.

A dificuldade no acesso ao crédito, à qual se juntam problemas específicos do setor, agravaram significativamente a tesouraria das empresas, influenciando o investimento público e privado.

A atividade da construção movimentou vários setores, a montante e a jusante da sua cadeia de produção, daí decorrendo que seja considerado um dos setores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso específico na criação de riqueza como também de emprego, tendo em conta o seu óbvio efeito multiplicador, sendo, por isso, uma atividade fundamental para o crescimento da economia.

2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas

Pela análise do gráfico 9, verifica-se que a tendência de evolução do número de edifícios licenciados¹ tem acompanhado o número de edifícios concluídos².

No 2º trimestre de 2011 foram licenciados cerca de 6,4 mil edifícios (cerca de -10,5% em relação ao mesmo trimestre de 2010) e concluídos cerca de 8,9 mil edifícios (aproximadamente 18% em relação ao mesmo trimestre de 2010).

Comparando com o 1º trimestre de 2011, o número de edifícios licenciados registou uma descida de 1,9% e os edifícios concluídos registam uma variação também negativa de 2,4%.

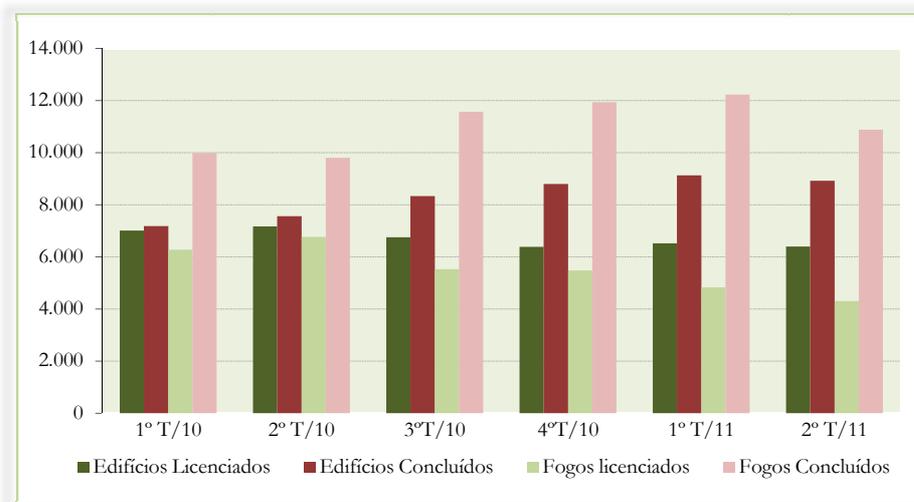
Em relação ao número de fogos licenciados e concluídos destacam-se as discrepâncias nestes ao longo de 2010 e nos dois trimestres de 2011, que poderão ser explicadas pela crise e pela alteração das taxas de juro para o crédito à habitação, razões pelas quais o setor da construção retraiu o investimento nesta componente, limitando-se praticamente a concluir o que já estava iniciado.

Refira-se ainda o decréscimo acentuado de licenciamento de fogos em construções novas: 9 mil licenciamentos nos dois primeiros trimestres de 2011, quando no mesmo período de 2010 tinha ultrapassado os 13 mil, o que corresponde a uma diminuição muito relevante de -29%, podendo indiciar uma transformação estrutural no setor.

¹ O total de edifícios licenciados inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

² O total de edifícios concluídos inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios.

Gráfico 9 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre



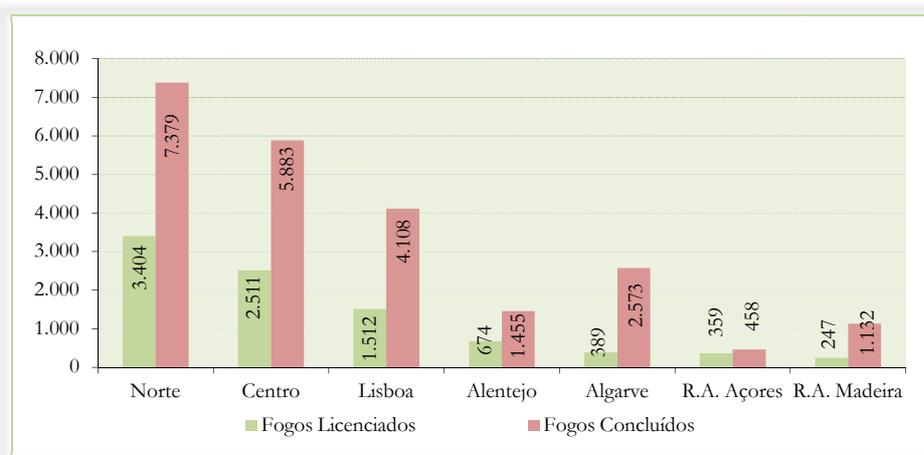
Fonte: INE

Observando o gráfico seguinte verifica-se quais são as Regiões com maior e menor representatividade no número total de fogos licenciados e concluídos nos dois primeiros trimestres de 2011.

Assim, a Região Norte representa cerca de 37,4%, enquanto a Região Autónoma da Madeira representa apenas 2,7% no número total de fogos licenciados.

É também a região Norte a mais significativa no número total de fogos concluídos, que representa 32,1% do total, enquanto, ao invés, a Região Autónoma dos Açores representa apenas 2,0%.

Gráfico 10 – Número de fogos licenciados e concluídos por Região (1ºT e 2ºT de 2011)

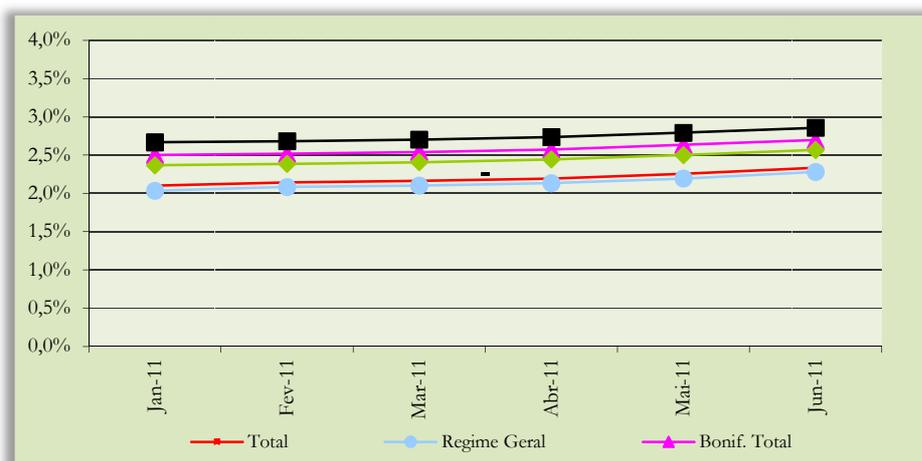


Fonte: INE

2.3. Taxa de Juro Implícita

A taxa de juro implícita³ no conjunto dos contratos de crédito à habitação fixou-se, no mês de junho de 2011, em 2,3%, aumentando 0,08 p.p. face ao mês anterior.

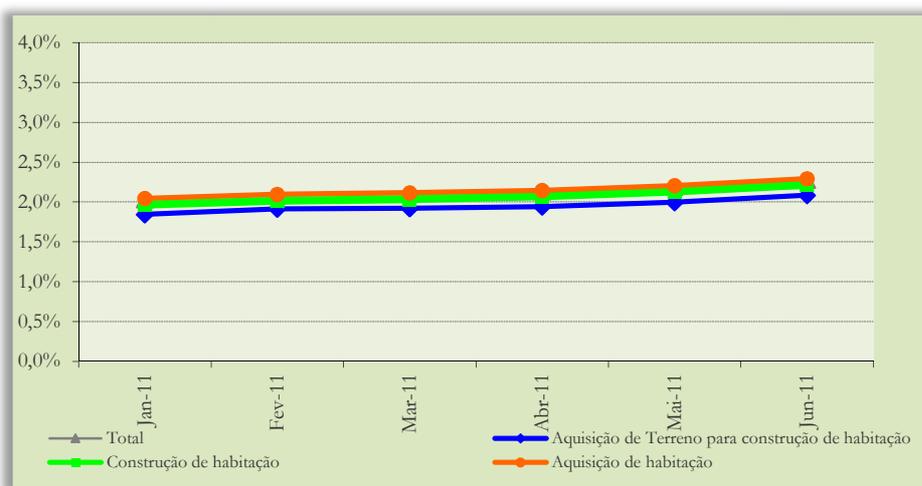
Gráfico 11 – Taxa de juro implícita



Fonte: INE

Segundo dados do INE, os contratos de crédito à habitação celebrados nos últimos 3 meses apresentaram um montante médio do capital em dívida de 56.926 euros (registando um aumento de 5 euros face ao mês anterior).

Gráfico 12 – Crédito à habitação por destino de financiamento



Fonte: INE

³ A taxa de juro implícita no crédito à habitação reflete a relação entre os juros totais vencidos no mês de referência e o capital em dívida no início desse mês.

Observando o gráfico anterior, em junho de 2011 a taxa de juro implícita nos contratos de Aquisição de Terreno para Construção de Habitação, para Construção de Habitação e para Aquisição de Habitação foram 2,08%, 2,25% e 2,35%, respetivamente, aumentando pela mesma ordem 0,088 p.p., 0,082 p.p. e 0,083 p.p. face a maio.

2.4. Valores médios de avaliação bancária

Quadro 5 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m²)

	Jan 11	Fev 11	Mar 11	Abr 11	Mai 11	Jun 11
Portugal	1.133	1.139	1.151	1.154	1.149	1.128
Norte	960	969	981	988	986	972
Centro	947	953	965	967	961	951
Lisboa	1.399	1.398	1.401	1.396	1.390	1.369
Alentejo	1.040	1.035	1.039	1.035	1.040	1.036
Algarve	1.450	1.430	1.440	1.441	1.456	1.429
RA Açores	1.155	1.189	1.159	1.123	1.091	1.131
RA Madeira	1.422	1.453	1.425	1.450	1.404	1.415

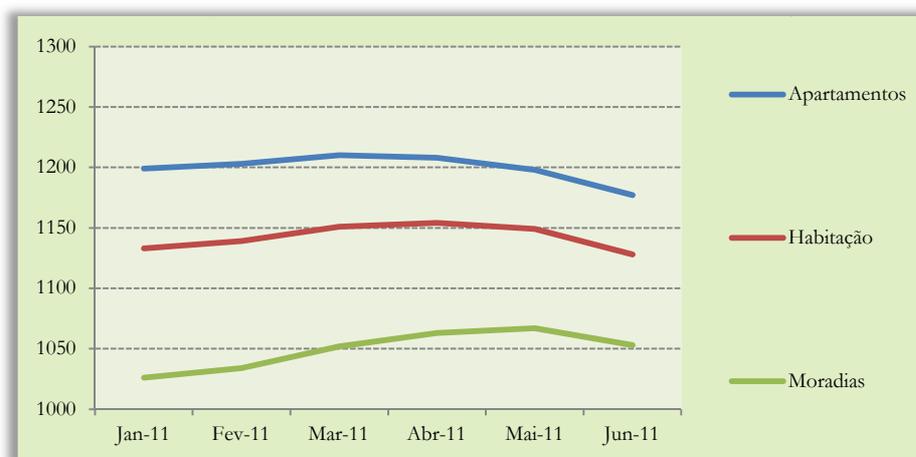
Fonte: INE

Nota: Valores que correspondem à média de todos os valores de avaliação bancária de habitação

Em junho de 2011, o valor médio de avaliação bancária de habitação do total do país situou-se em 1.128 euros/m², correspondendo a uma diminuição de 1,8% face ao mês anterior e a uma variação homóloga de -2,8%.

As Regiões do Algarve e Lisboa foram aquelas em que o valor de avaliação mais diminuiu face ao mês de maio.

Gráfico 13 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m²)

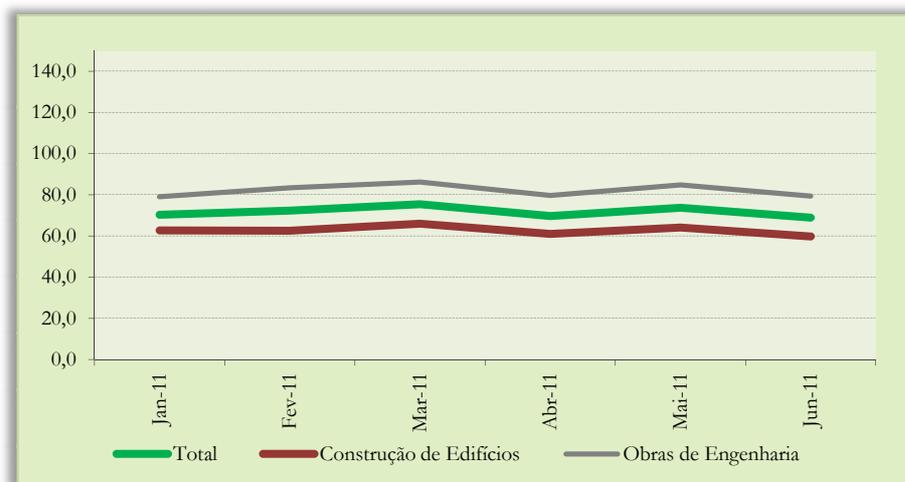


Fonte: INE

Observando o gráfico anterior verifica-se que o valor médio da avaliação bancária, nos três segmentos, tem tido o mesmo comportamento ao longo do ano de 2011, situando-se o valor dos apartamentos em 1.177 euros/m² e o das moradias em 1.053 euros/m².

2.5. Índice de produção na construção e obras públicas

Gráfico 14 – Índices brutos de produção



Fonte: INE

Segundo dados disponibilizados pelo INE, a produção na construção, corrigida dos efeitos de calendário e da sazonalidade e tendo como base a média dos últimos três meses apresentou em junho de 2011, uma variação homóloga de -9,5%, redução menos intensa que a verificada no período anterior (-10,4%).

Os dois segmentos observados tiveram o mesmo comportamento. O segmento da construção de edifícios apresentou em junho uma variação negativa de 10,5% face ao mês anterior, assim como o segmento da engenharia civil registou, igualmente, uma variação negativa de 10,3%.

2.6. Vendas de cimento para o mercado interno

Quadro 6 – Vendas de cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)

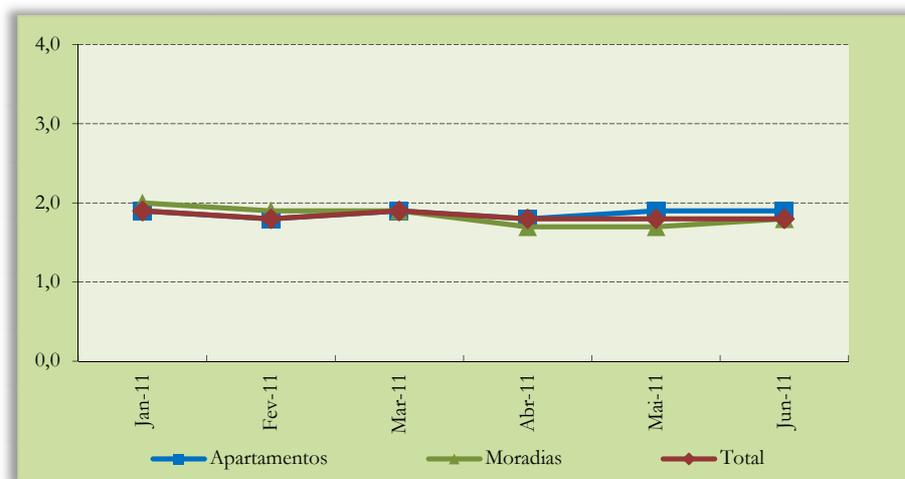
	2010					2011				
	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total
	1.254	1.456	1.445	1.224	5.379	1.178	1.215	1.164	n.d	3.557
Var. Trimestral	-2,5	16,1	-0,8	-15,3		-3,8	3,1	-4,2		
Var. Homóloga	-7,5	-4,8	-2,0	-4,8		-6,1	-16,6	-19,4		

Fonte: dados cedidos ao InCI pelas principais empresas portuguesas no setor

Os dados disponibilizados pelas principais empresas do setor permitem analisar o quadro de vendas de cimento para o mercado interno, verificando-se uma descida acentuada nas vendas, quer em termos trimestrais quer homólogos, para os 3 trimestres de 2011. Este cenário justifica-se pela menos boa *performance* que o sector tem vindo a revelar nos últimos dois anos.

2.7. Índice de custos de construção

Gráfico 15 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)



Fonte: INE

Segundo dados disponibilizados pelo INE, o índice de custos de construção de habitação nova registou em junho de 2011 uma variação homóloga de 1,8%, pelo terceiro mês consecutivo. Por tipo de construção, a variação homóloga do índice dos Apartamentos manteve-se em 1,9%, tal como em maio e as Moradias registou um acréscimo de 0,1 p.p. a fixar-se em 1,8%

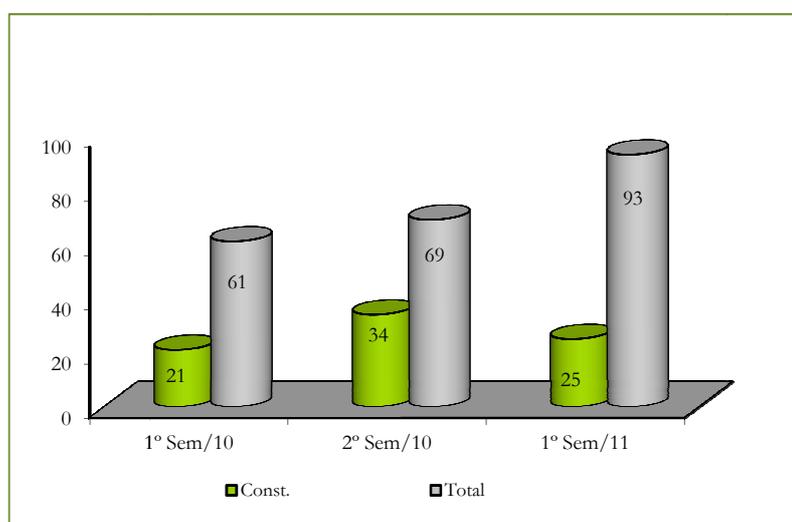
Este comportamento foi determinado pela variação positiva do agregado *Mão-de-Obra* com um acréscimo de 0,1 p.p. e pelo decréscimo com a mesma intensidade da componente *Materiais*.

2.8. Segurança no trabalho

O setor da construção continua a ser aquele onde, pela sua natureza e risco, se regista o mais elevado índice de sinistralidade.

Segundo dados da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), verificou-se que o 1º semestre de 2011 apresentou um decréscimo do número de vítimas mortais na construção em relação ao 2º semestre de 2010 (-9). Neste período o número de vítimas mortais na construção (25) representou cerca de 26 % do total de acidentes de trabalho com vítimas mortais (93).

Gráfico 16 – Número de acidentes de trabalho mortais



Fonte: ACT

3. O TECIDO EMPRESARIAL DO SETOR DA CONSTRUÇÃO

3.1. Títulos válidos a 31 de junho

A atividade da construção é regulamentada por lei (DL n.º12/2004, de 9 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo DL n.º69/2011 de 15 de Junho), sendo necessário para o seu exercício a titularidade de um habilitação (alvará ou título de registo), emitida pelo InCI.

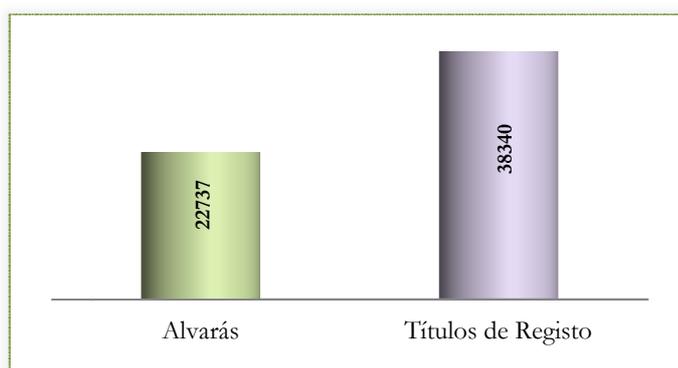
Consoante a classe do alvará de que é titular uma empresa de construção, assim se determina o valor limite das obras que poderá executar, de acordo com as categorias e subcategorias constantes na Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro. Para 2011⁴ vigoraram os limites que constam do quadro seguinte:

Quadro 7 – Classes de alvarás

Classe das Habilitações	2009/2010
1	166.000 €
2	332.000 €
3	664.000 €
4	1.328.000 €
5	2.656.000 €
6	5.312.000 €
7	10.624.000 €
8	16.600.000 €
9	Acima de 16.600.000 €

No final de junho de 2011, existiam no setor da construção 22.737 empresas habilitadas com Alvará e 38.340 com Título de Registo.

Gráfico 17 – Títulos habilitantes válidos a 30 de Junho de 2011



Fonte: InCI

⁴ A Portaria n.º57/2011, de 28 de janeiro, estabelece a correspondência entre as classes e os valores das obras que os titulares de alvará ficam autorizados a executar.

Apesar da crise que o setor atravessa, o número de alvarás válidos tem-se mantido relativamente estável, ainda que com uma tendência de descida ligeira. Em relação a 31 de dezembro de 2010, a variação no número de alvarás válidos foi de -4,7%.

Situação semelhante se verifica quanto ao número de títulos de registo, que também diminuiu de 38.931 em dezembro de 2010 para 38.340 no 1º semestre de 2011, com uma variação de -1,5%.

3.1.1. Distribuição por classe de alvarás

Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se um decréscimo mais acentuado de empresas classificadas na classe 2, 3, 4 e 8.

Quadro 8 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará

Classes	Dezembro de 2010	Junho de 2011	Var. 2011/2010
Classe 1	14.580	14.068	-3,51%
Classe 2	3.465	3.226	-6,90%
Classe 3	2.590	2.378	-8,19%
Classe 4	1.614	1.510	-6,44%
Classe 5	1.018	971	-4,62%
Classe 6	321	314	-2,18%
Classe 7	135	131	-2,96%
Classe 8	40	43	7,50%
Classe 9	96	96	0,00%
Total	23.859	22.737	-4,70%

Fonte: InCI

Em junho de 2011, cerca de 61% (14.068) das empresas registadas, eram detentoras de alvará em classe 1.

Salienta-se ainda o fato de as classes 1 e 2 representarem cerca de 76% do mercado, ou seja, $\frac{3}{4}$ das empresas de construção.

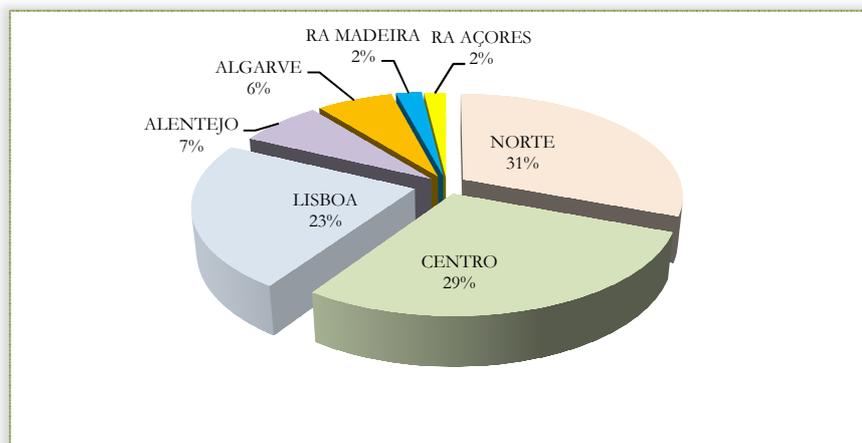
A classe 9 permaneceu com o mesmo número de empresas em relação a dezembro de 2010.

3.1.2. Distribuição geográfica

Relativamente à distribuição geográfica (NUT II), verifica-se que as Regiões do Norte e do Centro detêm o maior número de empresas com alvará, respetivamente 31% e 29%.

Por classificação distrital, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 19% do total do país, logo seguida do Porto, com cerca de 13%.

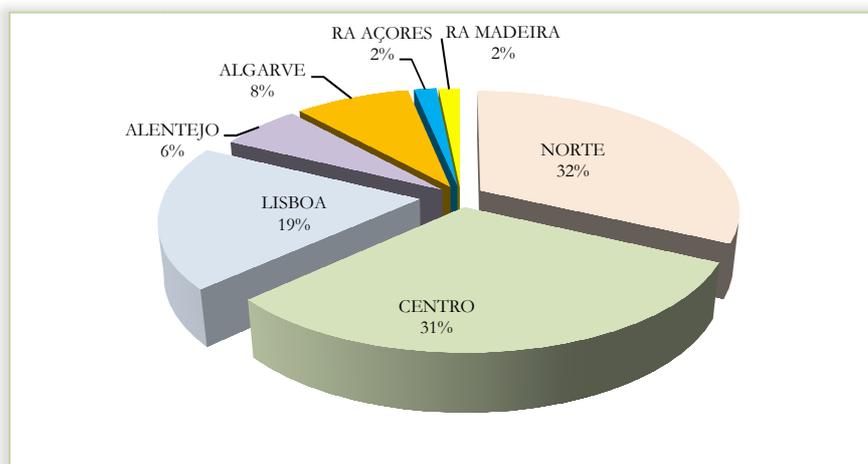
Gráfico 18 – Distribuição de Alvarás por Região NUT II (junho de 2011)



Fonte: InCI

Situação idêntica na distribuição geográfica para as empresas detentoras de título de registo. O Norte é detentor de 31% dos títulos de registo e o Centro, de 29%. Na distribuição por distritos Lisboa detém cerca 16% e o Porto detém cerca de 12% de empresas detentoras de título de registo.

Gráfico 19 – Distribuição de Títulos de Registo por Região NUT II (junho de 2011)



Fonte: InCI

4. SÍNTESE

Em Portugal, como na generalidade das economias do espaço económico onde Portugal se movimenta, designadamente o Espaço Europeu, o 1º semestre de 2011 ficou marcado por uma significativa contração na atividade económica, não se perspetivando, por enquanto, com segurança, o fim da recessão mundial.

A economia mundial, com especial destaque para as economias avançadas, tem sido afetada pela elevada agitação nos mercados financeiros internacionais bem como pelo agravamento da crise da dívida soberana na área do euro.

Saliente-se ainda o contributo, para a deterioração do sentimento económico, da divulgação dos dados económicos desfavoráveis dos EUA e para a área do euro referentes ao 2º trimestre do ano de 2011.

O setor da construção, habitualmente um setor sensível e que funciona como barómetro da economia nacional, sente fortemente os efeitos da crise, tendo visto a sua situação degradar-se, nomeadamente quanto ao volume de negócios e, conseqüentemente, quanto ao seu contributo para o investimento nacional, face ao peso que esta indústria representa no mercado nacional de emprego.

Refira-se também que o sector da construção é um dos mais afetados pela crise que se vive atualmente, com um peso de cerca de 18% no total das insolvências apuradas até Setembro de 2011.

As perspetivas no mercado nacional para o ano de 2012 não são, seguramente, as que o sector desejaria, não só por via da retração do investimento privado, mas também pelas restrições de natureza orçamental com que Portugal se debate, que impõem contenção na despesa pública e, inevitavelmente, também no investimento público, afetando negativamente a dimensão do mercado interno da construção.

5. FONTES ESTATÍSTICAS

Variáveis e fontes			
Nível	Variável	Fonte	
Envolvente Macroeconómica	PIB	INE	
	FBCF		
	VAB		
	Consumo Privado		
	Índice de Preços no Consumidor		
	Emprego e Desemprego	INE, IEFP	
	Défice Orçamental	Banco de Portugal	
Setor da Construção	Mercado em Portugal	Obras Particulares: Licenciadas e Concluídas	INE
		Índice de Produção na Construção e Obras Públicas	INE
		Vendas de Cimento para o mercado externo	Cimpor, Secil
		Índice de Custo de Construção de Habitação Nova	INE
		Acidentes de Trabalho	ACT
		Taxa de Juro implícita no crédito à habitação	INE
		Valores de avaliação bancária	
	Tecido Empresarial	Alvarás e Títulos de Registo	InCI
		Indicadores económico-financeiros das empresas inscritas no InCI	
	Macro-enquadramento Europa	Varição da Produção de Edifícios Residenciais e Não Residenciais	Euroconstruct
		Varição da Produção de Obras de "Engenharia Civil"	